

## **O consumo de álcool e sua relação com a violência contra a mulher na cidade de vitória, Espírito Santo- DEAM-Vitória (2002-2010).**

Jéssica Oliveira Freitas<sup>1</sup>

### **Violência de gênero: breves apontamentos**

Scott (1989) afirma que o gênero é um elemento formador de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder. Para Saffioti (1999), a violência de gênero pode ser praticada tanto entre homens e mulheres, quanto entre homens e homens e mulheres com mulheres. Apesar de reconhecermos que homens também sofrem violência de gênero, a violência entre homens e mulheres é a mais comum, devido à dominação masculina. Almeida (1998) afirma que a prática da violência motivada pela questão de gênero revela a impotência daquele que exerce a exploração-dominância sob alguém que não consente à violência, que é perpetrada não de uma só forma, mas de diferentes maneiras como a violência física, sexual, psicológica e a patrimonial, estando uma associada às outras.

De acordo com Almeida (2007), para que a violência de gênero se sustente, é preciso que exista um quadro de desigualdades de gênero, que compõe o conjunto das desigualdades sociais estruturais, como as de classe, as étnico-raciais e de gênero. A estas relações podem-se agregar as geracionais. Sobre a violência de gênero no Brasil, entendemos que, como afirma Nader (2012) a ideologia patriarcal, nasceu entre as elites e foi reproduzida pelas demais camadas sociais constituiu a base das relações conjugais e familiares desde o período colonial. A ideologia estava baseada na crença de que o macho é naturalmente superior à fêmea e que por essa razão, o homem possuía o direito de posse sobre o corpo e a mente da mulher. Sabe-se que as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas nos séculos XIX e XX garantiram um maior acesso da mulher aos direitos políticos e ao mercado de trabalho, ameaçando o domínio patriarcal. Porém, de acordo com Lage (2006), o modelo patriarcal de família se faz presente até hoje nas relações sociais, justificando pela tradição, as situações de desigualdade entre homens e mulheres e inclusive, os crimes “motivados pela honra”. Quanto ao exercício da violência, para Saffioti (2004), a sociedade considera normal que maridos maltratem as esposas, assim como pais e mães maltratem seus filhos.

Os movimentos feministas e os movimentos de mulheres da década de 1980 buscaram combater essa naturalização da violência contra a mulher. Segundo Boselli (2005), defendia-se a criação de uma delegacia exclusiva para o atendimento de mulheres devido a problemas nos atendimentos em delegacias comuns, pois vítimas relataram que costumavam ser tratadas de forma humilhante e vexatória por parte dos policiais, que poderiam até mesmo dar razão agressor. A vítima também poderia ser questionada sobre o que havia feito para ter sido agredida. Portanto, antes da Delegacia da Mulher e das demais leis vigentes na atualidade, a violência contra a mulher era considerada

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). jeh\_\_dix@hotmail.com

como um tema privado, que dizia respeito ao casal, ou seja, o Estado não tinha o direito de se envolver em questões familiares.

Assim, no ano de 1985, foi criada a primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, na cidade de São Paulo. De acordo com o site da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, atualmente, o Brasil possui 365 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. Segundo Nader (2010), também em 1985, foi criada pelo governador Gerson Camata por meio do decreto nº 2.170, a primeira DEAM do Espírito Santo. Atualmente, o estado do Espírito Santo possui 10 Delegacias da Mulher, localizadas nos municípios de Vitória, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Vila Velha, Aracruz, Cariacica, Colatina, Guarapari, São Mateus e Linhares. Também há o Plantão Especializado da Mulher (PEM), situado no bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória. Nas cidades de Aracruz, Guarapari e São Mateus, a DEAM funciona no mesmo endereço da Delegacia de Polícia Judiciária do município.

A presente pesquisa trabalha com as mulheres que denunciaram às violências que sofreram por parte de seus companheiros à Delegacias da Mulher de Vitória, porém, sabe-se que de acordo com o ciclo da violência, a mulher passa por um período de idas e voltas no relacionamento com agressor, no qual reage de diferentes formas, mesmo não abandonando a relação. Entre as principais motivações para a resistência da mulher em desvincular-se do autor, estão a dependência afetiva e financeira; o medo de ser julgada por parentes, amigos e religiosos; o desejo de que os filhos sejam criados com o pai; o medo de que o autor cumpra as ameaças que faz à vítima e conhecidos; entre outras.

Nos boletins de ocorrências registrados na Delegacia da Mulher localizada na cidade de Vitória, Espírito Santo, as principais motivações registradas nos boletins são: o ciúme, a briga de família, a bebida, a não aceitação do fim do relacionamento e as drogas. Outras possibilidades são a vingança e o uso concomitante de drogas e bebidas. Entendendo que o consumo da bebida é representativo em um elevado número de ocorrências, analisaremos sua relação com a violência de gênero a seguir.

### **Álcool e violência: relações possíveis**

Para Gitlow (1991), o alcoolismo é uma doença caracterizada pela ingestão repetitiva e compulsiva de quaisquer drogas sedativas, sendo o etanol uma delas, que pode ser percebida a partir do momento em que a ingestão de álcool passa a interferir no cotidiano e nas relações sociais do bebedor. O diagnóstico da doença se baseia na percepção da dificuldade do alcólatra em controlar seu desejo de beber, sem que tenha o devido acompanhamento médico e o apoio de pessoas próximas a ele. No fim, o alcólatra é aquele bebe não socialmente, como pode afirmar, mas para obter o efeito desejado, proporcionado pelo consumo do álcool.

De acordo com Milam (1986), o álcool é uma droga da qual a maioria das pessoas pode consumir e até mesmo exagerar na dose, sem que se tornem dependentes da bebida. Tal vício não se dá por fatores psicológicos ou emocionais, mas pela dependência das células que passam a necessitar do álcool para funcionarem adequadamente. Camargo (2012) afirma que o álcool, ao contrário de

outras drogas, encontra um espaço social para o entorpecimento: o bar. Sobre o bar, é curioso o que Matos (2001) assevera sobre a socialização masculina nesse espaço:

O homem deveria priorizar a amizade de outros homens. Assim, o masculino tinha espaços -o bar- e valor compartilhados. A solidariedade masculina era um sentimento explicitamente positivo, em detrimento das relações com mulheres, marcadas pela divergência, falsidade e dor, sendo o bar identificado como um espaço de fuga às cobranças e pressões do lar, ou seja, da mulher. No lar, no convívio da família que ele próprio construiu, se sente incapaz, impaciente, desconfortável, mas ao mesmo tempo tem necessidade dele. O vazio o leva a procurar a bebida e o convívio etílico, para suprirem de alguma forma a lacuna (MATOS, 2001, p.83).

A partir dessa citação, percebe-se que essa ideia permanece no imaginário de muitos frequentadores de bares. O bar é portanto, um espaço de fuga das obrigações sociais e conseqüentemente, da família e da companheira. Quanto ao beber de homens e mulheres, Edwards (2005) considera que há menos pressão social para que as mulheres comecem a beber e maior intervenção para que parem de beber. Aliás, de acordo com Gitlow (1991), não é usual que mulheres alcoolistas bebam em bares, por estarem conscientes da visão que a sociedade possui sobre a mulher que bebe. Estas, geralmente, preferem beber em casa. Nesse trabalho, devido a breve descrição dos eventos narrados nos boletins de ocorrência, não é possível afirmar se todos os autores são alcoólatras. O que nos interessa, é a prática da violência de gênero e sua relação com o consumo de bebida alcoólica.

Quanto à relação entre o consumo de álcool e a violência de gênero, Suely de Souza de Almeida (2007) considera que o álcool figura entre as principais justificativas para a violência, que se encontra em constante renovação histórica e que segundo a autora, “desempoderam” as vítimas de violência. Além das justificativas baseadas no alcoolismo, existem discursos que argumentam que a violência foi motivada pela loucura, a doença, a paixão e a frustração sexual. Há também as tentativas de medicalização do autor, que sai de sua condição de indivíduo passível de punição e passa a necessitar de tratamento. Também há a transferência da culpa do agressor para a vítima, que passa a ser vista como provocativa, ingênua, irresponsável, descumpridora de seu papel ou a transformação da vítima em uma mulher incapaz de romper com o companheiro violento devido à sua fraqueza e ausência de apreço pela “liberdade”. Alguns discursos se baseiam na persistência na ideia de que os autores assim o são por que sofreram abusos na infância, logo, é inevitável que se tornem adultos agressores.

Milam (1986) fala de um estado de inquietação, a partir do momento em que o alcoólatra se encontra em abstinência. Esse estado cessa apenas quando o alcoólatra pode voltar a beber e enquanto isto não acontece, o alcoólatra é capaz de descontar suas “emoções” nas pessoas em que vê pela frente. O autor não trabalha com a questão da violência, mas é preciso frisar que essa

“explosão” pode ocorrer sobre a forma de violência contra a companheira, os filhos e demais pessoas próximas ao agressor.

Segundo Matos (2001), o argumento do “ciúme alcoólico” era frequentemente utilizado por agressores, que no Brasil do início do século XX, declaravam terem cometido feminicídio para defender sua honra, em um momento de perturbação mental causada pelo álcool. Os discursos médicos dominantes no período produziam estudos que contribuíam para justificar os crimes segundo o argumento da “loucura alcóolica”, que fazia com que muitos autores fossem absolvidos ou conseguissem que suas penas fossem diminuídas. O argumento também poderia culpar a esposa de um agressor alcoolista, ao acusá-la de não cumprir seu papel social, o que incentivava o marido a procurar bebidas e diversões nas ruas. Caso a esposa fosse alcoolista, o seu alcoolismo poderia justificar a agressão do marido, pois ela escapava do cumprimento seu papel, que era basicamente o de manter a casa limpa e deixar o jantar pronto quando o marido chegasse em casa. Apesar disso, o alcoolismo feminino era menos sentido em relação ao masculino, pois segundo a autora, havia uma parcela de mulheres que não era ativa no espaço público. A condenação moral da mulher bêbada também era maior. O não cumprimento de um “dever sexual” também era outro argumento utilizado, assim como o desemprego e a desonra poderiam ser possíveis justificativas para o alcoolismo masculino. Sobre o ciúme alcoólico, é interessante destacar que:

Frequentemente se estabeleciam as relações loucura-alcoolismo e crime-alcoolismo, havendo uma certa unanimidade de que o álcool levaria a loucura e ao delírio. Na fase mais aguda do alcoolismo apareceria a sistematização de sintomas; o alcoólatra era dominado pelo medo, delírio de perseguição, tornava-se esquivo, covarde, e apresentava delírios de ciúmes, vivendo preso ao despeito e identificando em tudo a infidelidade conjugal. Assim, um dos crimes mais comuns cometidos por alcoólatras, era o denominado “crime de ciúmes”, decorrente da “loucura de ciúmes” ou “ciúmes alcoólico” (MATOS, 2001, p.71).

Saffioti (2004) afirma que o feminicídio, ao contrário do homicídio, ocorre muitas vezes sem planejamento prévio. Porém, a partir disto, percebe-se que mesmo na primeira década do século XXI, ainda persiste a orientação de que a companheira não julgue moralmente o alcoólatra por suas ações, pois o mesmo é um doente, não uma pessoa má. Por crer que o autor pode modificar suas atitudes, muitas companheiras de agressores alcoolistas insistem em permanecer ao lado destes. Segundo Saffioti (2004), o fato de as mulheres serem responsabilizadas socialmente pela educação das crianças, pode leva-las a crer que são capazes de modificar o comportamento do companheiro agressor, quando na verdade, ninguém é capaz de mudar ninguém, caso não parta do desejo da pessoa mudar. Portanto, o perfil da mulher vítima de violência que procura a Delegacia Especializada, muitas vezes, é de uma mulher que já havia sofrido violência, mas não teve coragem

de denunciar ou de se separar do agressor. Reforçamos a ideia de que geralmente há uma dependência financeira e afetiva da vítima para com o agressor, que deve ser superada para que a vítima se construa como autônoma:

Na maioria das vezes, quando a mulher procurava uma DDM, na verdade, esperava que a delegada desse uma “prensa” em seu marido agressor, a fim de que a relação pudesse se estabelecer em novas bases (leia-se harmoniosas). A ambiguidade da conduta feminina é muito grande e compreende-se por que disto. Em primeiro lugar, trata-se de uma relação afetiva, com múltiplas dependências recíprocas. Em segundo lugar, raras são as mulheres que constroem sua própria independência ou que pertencem a grupos dominantes. Seguramente, o gênero feminino não constitui uma categoria social dominante. Independência é diferente de autonomia (SAFFIOTI, 2004, p.87).

Garcia (1995) afirma que as vítimas passam por conflitos internos ao perceberem que os homens que as agredem não são os mesmos por quem se apaixonaram. Aliás, às vezes o reconhecem quando sóbrios e o desconhecem quando alcoolizados, fazendo com sintam ao mesmo tempo, pena, raiva, medo e desejo de romper o relacionamento. Quanto a isso, é compreensível que existam esses sentimentos, pois segundo Milam (1986), o alcoolista é pouco identificável em seus estágios iniciais, de modo que, a companheira pode perceber tardiamente que o consumo de álcool do parceiro é frequente e exagerado. O alcoólatra iniciante é de fato, um bebedor despreocupado, pois se senti feliz quando bebe e ainda é capaz de se comportar como um pai amoroso e um parceiro dedicado. Porém, Milam (1986) registra que, quando começa a haver uma mudança perceptível no beber do alcoolista, há uma mudança de comportamento, pois quando as células do SNC gradualmente se tornam dependentes do álcool, o alcoólatra sente mudanças específicas em seu comportamento de beber. Ele pode começar a beber escondido de outras pessoas, a fim de disfarçar sua dependência crescente. Em seguida:

O alcoólatra do estágio intermediário irá longe para evitar discutir seus problemas pessoais e de bebida. Se sua esposa ou filhos perguntam por que ele bebe tanto, ou lhe pedem para diminuir, ele evita responder, mudando de assunto, ou defende-se culpando alguém ou alguma outra coisa (MILAM, 1986, p.103).

Desse modo, É mais comum que companheiros abandonem companheiras alcoolistas do que o contrário, devido a diferenças na autonomia de homens e mulheres. Gitlow (1991) nos diz que filhos e filhas de alcoolistas tendem a sofrer grandes privações emocionais, humilhações, negligências e abuso físico. Portanto, é possível que as vítimas, diretas ou indiretas, venham a desenvolver doenças como ansiedade e depressão, comportamento antissocial e problemas de harmonia conjugal.

Ainda sobre os problemas psicológicos e emocionais, Edwards (2005) retrata a questão da culpa da vítima:

Fundamentalmente, a esposa tem que lidar com problemas tanto emocionais quanto práticos. Os problemas emocionais incluem a ansiedade, o medo e o desgosto.

Frequentemente existe dúvida sobre sua possível culpa; ela se pergunta se o problema surgiu por ela se uma má esposa e ter falhado na esfera sexual ou em alguma outra. Talvez também se sinta perplexa quanto ao conflito de sentimentos que nutre pelo marido: casou-se com ele por amá-lo, mas agora, as vezes, tem vontade de matá-lo. É comum ainda a sensação de perda e de carência emocional: o homem a que desposou desapareceu e ela mesma começa a sentir-se diminuída em sua autoestima (EDWARDS, 2005, p.76).

## Conclusões parciais

Até o presente momento, a equipe do Laboratório de Gênero, Poder e Violência (LEG/UFES) apuraram 12.289 boletins de ocorrência registrados na DEAM- Vitória, no período de 2002-2010. A partir desse número, concluiu-se que 1552 boletins ou 12,62% do total de ocorrências registradas no período citam o álcool como a motivação da agressão. É importante destacar que esse valor pode ser maior, pois nem sempre a motivação apontada para agressão explica as ocorrências vividas pela vítima e pelo agressor. Soma-se a isso, o fato de que os boletins de ocorrência costumam conter apenas duas ou três páginas, das quais uma é dedicada aos dados da ocorrência, as informações sobre o autor e da vítima e uma ou duas páginas são reservadas para a descrição do relato da vítima, que é digitado por um escrivão, que o passa para o papel segundo seus critérios pessoais.

Apesar disso, a leitura do relato da vítima é importante, pois é comum que ocorrências classificadas como brigas de família ou casos de ciúme, ocultem o fato de que o álcool é um dos “motivadores” da agressão, pois o autor é alcoólatra ou consumiu álcool na data do fato, uma percepção que só pode ser adquirida por meio da análise do relato da vítima. A frase “o autor bebe muito e fica agressivo” é uma constante em relatos cuja motivação é outra o que nos mostra que o consumo de álcool é presente em outros tipos de ocorrências.

Quanto à relação entre álcool e violência, afirmamos que o álcool não é o responsável pela violência. Aquele que agride, comete violência não pelo álcool, mas pelo sentimento de que a vítima é sua propriedade, uma clara associação entre a violência motivada pelo álcool e o ciúme. Esse sentimento se trata de um resquício patriarcal na sociedade brasileira do século XXI, que é mantido pelas instituições e discursos tradicionais, que buscam justificar a violência contra a mulher, com base em argumentos já ultrapassados, que como foi visto, se encontram sob constante renovação histórica.

A análise dos boletins de ocorrência registrados na DEAM/Vitória, entre o período de 2002-2010 se encontra em fase inicial, pois o número de dados a serem analisados é grande. A partir destes, pretende-se construir o perfil da vítima e do agressor e publicar os resultados sob a forma de um Mapa da Violência contra a Mulher.

## Bibliografia



ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998.

ALMEIDA, Suely de Souza de. *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BOSELLI, Giane. *Delegacia de Defesa das Mulheres: permanências e desafios*. São Paulo: CFEMEA, 2005.

CAMARGO, Daisy de. *Alegrias engarrafadas: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

EDWARDS, Griffith, COOK; Christopher C. H. *O tratamento do alcoolismo: um guia para profissionais da saúde*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. Centro de Estudos Gerais. Mestrado em Psicologia. *Relações conjugais e conjugação de conflitos: o cotidiano de mulheres de alcoolistas*. 1995. 219f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Estudos Gerais, Mestrado em Psicologia.

GITLOW, Stanley E; PEYSER, Herbert S. *Alcoolismo, um guia prático de tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

LAGE, Lana da Gama Lima. Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil Colonial. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). *História, Mulher e Poder*. Vitória: EDUFES, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MILAM, James R; KETCHAM, Katherine. *Alcoolismo: os mitos e a realidade*. São Paulo: Nobel, 1986.

NADER, Maria Beatriz. *Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005*. Fazendo Gênero 9- Diásporas, diversidades e deslocamentos, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo em Perspectiva, 13(4), 1999.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.



# ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DO GT- GÊNERO/ANPUH

Encontro Nacional  
do Grupo de Trabalho  
Gênero/ANPUH

19 e 20 de novembro em Vitória  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)